



POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E DEMOCRACIA: O MINISTÉRIO DA CULTURA NO CENTRO DO DEBATE

Felipe da Silva Duque¹

Resumo

Criado no período Sarney, o Ministério da Cultura até o governo Lula (2003-2010) era coadjuvante em relevância e repasse de recursos no tocante a prioridades do executivo. A partir da gestão de Gilberto Gil e Juca Ferreira, tal condição é abalada com novas resoluções para a pasta, que intervêm profundamente nas políticas públicas culturais no Brasil. Elementos estes que deixarão importante lastro junto a categorias de artistas e produtores culturais na promoção de ocupações e manifestações públicas após a tentativa de extinção da pasta junto ao governo Temer. A proposta do artigo é traçar uma trajetória desse processo e refletir a importância desse ministério para a política brasileira, desde então.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Ministério da Cultura; Governo Lula.

POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURALES Y DEMOCRACIA: EL MINISTERIO DE CULTURA EN EL CENTRO DEL DEBATE

Resumen

Creado en el período Sarney, el Ministerio de Cultura hasta el gobierno de Lula (2003-2010) fue un coadyuvante en relevancia y transferencia de recursos con respecto a las prioridades del ejecutivo. Desde la gestión de Gilberto Gil y Juca Ferreira, esta condición se agita con nuevas resoluciones para la cartera, que intervienen profundamente en las políticas públicas culturales en Brasil. Estos elementos dejarán un lastre importante con categorías de artistas y productores culturales en la promoción de ocupaciones y manifestaciones públicas tras el intento de extinguir la cartera con el gobierno de Temer. El propósito del artículo es trazar una trayectoria de este proceso y reflejar la importancia de este ministerio para la política brasileña, desde entonces.

Palabras llave: Políticas Públicas; Ministro de Cultura; Gobierno de Lula.

CULTURAL PUBLIC POLICIES AND DEMOCRACY: THE MINISTRY OF CULTURE IN THE CENTER OF DEBATE

Abstract

Created in the Sarney period, the Ministry of Culture until the Lula government (2003-2010) was an adjuvant in relevance and transfer of resources regarding the executive's priorities. From the management of Gilberto Gil and Juca Ferreira, this condition is shaken by new resolutions for the portfolio, which intervene deeply in public cultural policies in Brazil. These elements will leave important ballast with categories of artists and cultural producers in the promotion of occupations and public manifestations after the attempt to extinguish the portfolio with the Temer government. The purpose of the article is to trace a trajectory of this process and reflect the importance of this ministry for Brazilian politics, since then.

Keywords: Public Policies; Ministry of Culture; Lula government.

¹ Professor da rede pública de ensino, doutorando no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Apresentação

O presente artigo pretende pontuar introdutoriamente as metamorfoses no Ministério da Cultura um pouco antes de sua criação em 1985 no governo de José Sarney até a sua quase extinção no governo de Michel Temer, com o devido enfoque no que foi a gestão de Gilberto Gil (2003-2008) e Juca Ferreira (2008-2010). Esta demarcada pela tentativa de democratização dos recursos da cultura no Brasil e avanço para a cultura fora do eixo classe-média de RJ-SP e valorização das expressões populares, mesmo que numa dinâmica reconhecidamente de absorção da cultura como mercadoria.

O artigo também traz um breve relato da lateralização desempenhada por Dilma em relação ao Ministério e a retomada de sua centralização no debate na sua campanha para a presidência em 2014, onde recebe apoio de diversos artistas, produtores culturais e intelectuais da cultura. O golpe estabelecido em 2016 que destituiu a presidente e mira seu alvo autoritariamente para a extinção da pasta redundante numa efervescência de mobilizações de artistas e produtores culturais no Brasil canalizando em ocupações, inclusive do próprio Ministério da Cultura.

Conforme o artigo apresenta, elementos esses que potencializam os resquícios de democracia plantados nas gestões de Gil-Juca e desabrochados com intensidade aos primeiros sinais de autoritarismo do governo ilegítimo de Temer, que mesmo após a definir pela continuidade do Ministério teve seus ministros massacrados pelos artistas e produtores culturais estranhados em relação ao seu governo.

Uma breve introdução sobre o Ministério da Cultura

O Ministério da Cultura (MinC) é fundado apenas no ano de 1985, junto ao governo de José Sarney². Anterior a isso, ocorreram algumas tentativas isoladas de institucionalização da cultura no âmbito governamental, como criação de órgãos direcionados à proteção do patrimônio histórico ou ao fomento do cinema nacional nas

² Sarney assume após a morte de Tancredo Neves, eleito indiretamente no período transitório à democracia liberal no pós-ditadura. Tancredo falece antes de assumir a presidência da República.

décadas de 1930 e 1940, posteriormente incrementadas pelo período empresarial-militar a partir do governo de Vargas:

Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) foram implementadas o que se pode chamar de primeiras políticas públicas de cultura no Brasil. Nesse período, foi tomada uma série de medidas, objetivando fornecer uma maior institucionalidade para o setor cultural. O exemplo mais clássico dessa ação está na área de preservação do patrimônio material quando em 1937, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Desde a década de 1920, os intelectuais modernistas vinham realizando uma forte campanha em favor da preservação das cidades históricas, em especial daquelas pertencentes ao ciclo do ouro em Minas Gerais. Outras iniciativas federais do período são a criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) e do Instituto Nacional do Livro (INL). Em julho de 1938 foi criado o primeiro Conselho Nacional de Cultura, composto por sete membros (CALABRE, 2007, p. 2).

No período posterior, de 1945 até o início do regime empresarial-militar em 1964, é importante destacar o desenvolvimento da área cultural no setor privado, principalmente, no setor radiofônico³, e na construção do Ministério da Educação e Cultura em 1953. Nesse período o Estado não teve um protagonismo relevante na área de fomento à cultura. Algo que mudaria em 1964, diante da postura dos militares em alimentar um Estado tecnicista e uma tendência a criar uma política nacional de cultura.

Em 1966 temos a criação do Conselho Federal Cultura – CFC (vinculado ao Ministério da Educação e Cultura), onde se tinha como objetivo claro de revitalização de instituições culturais (Biblioteca Nacional, Museu de Belas Artes etc.), além de analisar pedidos de verbas para esse setor. Havia uma proposta clara em impregnar a concepção dos militares nessas ações, a começar pela constituição do conselho, formada 24 membros indicado pelo então presidente Castelo Branco. No governo Médici (1969-1974), o ministro do MEC, Jarbas Passarinho⁴ elabora o Plano de Ação Cultural (PAC). O Plano teve como meta “a implementação de um ativo calendário de eventos culturais patrocinados pelo Estado, com espetáculos nas áreas de música, teatro, circo, folclore e cinema com circulação pelas diversas regiões do país, ou seja, uma atuação no campo da

³ Segundo os dados publicados nos Anuários Estatísticos do IBGE, entre os anos de 1940 e 1944 foram inauguradas 39 novas emissoras de rádio e no período de 1945 a 1949 foram 79 novas emissoras. Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxhtml.shtm> Acessado: 15/02/2015.

⁴ Jarbas Passarinho (1920) foi um dos idealizadores do golpe militar em 1964. Findado o regime na década de 1980, Jarbas continuou a atuar enquanto política no período da democracia burguesa.

promoção e difusão de atividades artístico-culturais” (idem, p. 4). O Estado passa a fortalecer ainda mais sua presença no campo da cultura.

No governo de Geisel (1974-1978), a representação do MEC se dá pela figura de Ney Braga⁵. Sua gestão foi marcada pela construção de diversos órgãos estatais que passaram a atuar em novas áreas: o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA), o Conselho Nacional de Cinema, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE). Pela primeira vez, um ministro atuava de forma mais concisa no setor da cultura em diálogo com a política desenvolvimentista dos militares. Nesse mesmo período tinha início, fora do âmbito do MEC, um projeto que resultou na criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). Os principais objetivos do projeto eram o de propiciar o desenvolvimento econômico, a preservação cultural e a criação de uma identidade para os produtos brasileiros. A década de 70 foi razoável para a institucionalização da cultura no Brasil:

No final da década de 1970 temos mais um momento destacado no processo de redirecionamento da política do Ministério. O Departamento de Assuntos Culturais foi substituído pela Secretaria de Assuntos Culturais, mais que uma simples troca de títulos ocorreu uma clara divisão da atuação em duas vertentes distintas dentro de uma mesma secretaria: uma vertente patrimonial e outra de produção, circulação e consumo da cultura. O papel da Secretaria ficava mais fortalecido dentro do MEC.

O processo de institucionalização do campo da cultura dentro das áreas de atuação de governo ocorrido na década de 1970 não ficou restrito ao nível federal. Nesse mesmo período o número de secretarias de cultura e de conselhos de cultura de estados e municípios também cresceu. Em 1976, ocorreu o primeiro encontro de Secretários Estaduais de Cultura, dando origem a um fórum de discussão que se mantém ativo e que muito contribuiu para reforçar a ideia da criação de um ministério independente (idem, p. 6).

Findado o período empresarial-militar (1964-1985) e a transição para a democracia burguesa junto ao governo José Sarney (1985-1989), é formado do Ministério da Cultura já no ano da posse do novo presidente. Foi um ministério caótico diante das dificuldades financeiras e administrativas (sequer havia acomodações), isso fica evidente quando se analisa a troca de ministros três vezes em menos de um ano. Com o objetivo de atrair

⁵ Ney Braga (1917-2000) foi político e militar com histórico de atuação, principalmente, no Paraná. Era da ala considerada mais “democrática” dos militares.

recursos, Sarney promulga a primeira lei (Lei no 7.505, de 2 de junho de 1986 - Lei Sarney), onde se introduz os benefícios fiscais para pessoa jurídica no apoio/patrocínio a atividades culturais.

No governo Collor, de matriz neoliberal, temos o esboço de construção de um Ministério da Cultura reduzido. Ocorreu a extinção de diversos órgãos: Fundação Nacional de Artes Cênicas – FUNDACEN; a Fundação do Cinema Brasileiro – EMBRAFILME; Fundação Nacional Pró-leitura e do Conselho Federal de Cultura, órgão responsável por incentivar e organizar a cultura no país. A Fundação Pró-Memória e o SPHAN foram transformados em Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural e a FUNARTE em Instituto de Arte e Cultura – IBAC. O então presidente prosseguia com sua política de desmonte do Estado e a implementava com profundo rigor no campo da cultura:

A estrutura que naquele momento era insuficiente ficou em situação insustentável. Muitos dos funcionários dos órgãos extintos foram colocados em disponibilidade. Diversos projetos e programas foram suspensos. [...] Entre março de 1990 e dezembro de 1991, o governo federal não realizou investimentos na área da cultura. A retirada do governo federal de cena faz com que uma maior parte das atividades culturais passassem a ser mantidas pelos estados e municípios. (idem, p. 7)

Collor se apropriou da Lei Sarney e a reconfigurou com o intuito de favorecer ainda mais o setor privado no que compete através das renúncias fiscais. O resultado foi a aprovação da Lei no 8.313 em 1991 que instituía o Programa Nacional de Apoio à Cultura, também conhecido como Lei Rouanet. O artigo 18 da Lei em questão era claro quando afirma “que às pessoas físicas ou jurídicas [tem a opção] pela aplicação de parcelas do Imposto sobre a Renda a título de doações ou patrocínios, tanto no apoio direto a projetos culturais apresentados por pessoas físicas ou por pessoas jurídicas de natureza cultural, de caráter privado, como através de contribuições ao FNC”. Proposta que iria demarcar o Ministério da Cultura nos anos posteriores.

No governo de Itamar Franco (1992) ocorre a revitalização do Ministério da Cultura, assim como suas instituições como a FUNARTE, por exemplo. Em 1993, seguindo a lei de incentivo, Itamar transfere tal perspectiva para o setor audiovisual, especialmente para o setor cinematográfico, onde se amplia os percentuais de renúncias a serem aplicados. Esse processo conduz cada vez mais as políticas públicas da área para as decisões do mercado, retirando a autonomia do Ministério.

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), assume a pasta deste Ministério o cientista político Francisco Weffort. O ministro aprofundou as políticas que transferiam para a iniciativa privada, através da lei de incentivo, o poder de decisão sobre o que deveria receber ou não receber recursos públicos impulsionados. A Lei Rouanet foi constantemente acionada enquanto instrumento de marketing cultural das empresas patrocinadoras. Seguindo a lógica neoliberal do governo FHC, ocorreram algumas transformações consideráveis na lei, ampliando o mecanismo de isenção, o abatimento em 100% do capital investidor pelo patrocinador, ou seja, a empresa além de receber abatimento nos impostos ainda se evidenciava através do marketing das produções culturais.

O desdobramento dessa política foi a notável concentração na aplicação desses recursos e a construção de um oligopólio. Restringiu-se a um pequeno grupo de produtores e artistas renomados que sempre conseguiam patrocínio. A concentração também se dava a nível regional, o Sudeste, região com maior retorno de lucro eram favorecidas em detrimento das outras regiões. Alinhado as políticas neoliberais ortodoxas da década de noventa, o setor cultural se construiu atendendo essa lógica de comprometimento com a privatização e a oligopolização das políticas públicas de fomento a cultura.

A resignificação do Ministério no governo Lula (2003-2010)

A vitória de Lula em 2002 e a escolha de Gilberto Gil para o Ministério da Cultura foi um “divisor de águas” para as políticas públicas na área no Brasil. Gil e depois Juca Ferreira buscaram encampar uma política de supervalorização da cultura popular em parceria com o chamado terceiro setor. Promoveram a importância do ministério no que compete a canalização⁶ de recursos, assim como deslocaram as verbas da cultura que

⁶ Gilberto Gil é conhecido como um dos maiores cantores e compositores da história da música popular brasileira. Sua aparição se deu na construção e protagonismo (ao lado de outros músicos como Caetano Veloso, Gal Costa, Torquato Neto, Os Mutantes e Tom Zé, além de cineastas como Glauber Rocha, artistas plásticas, dentre eles Hélio Oiticica e o teatro através de José Celso Martinez) num dos maiores movimentos culturais brasileiros, denominado tropicalismo (final dos anos 60). Movimento este caracterizado pela mistura de manifestações tradicionais da cultura brasileira com a arte pop brasileira e estrangeira (pop rock e concretismo). Gil inicia sua vida política ao ser eleito vereador pelo Partido do Movimento Democrático

iam somente aos locais privilegiados do Sudeste, transferindo-as à periferia desta região, assim como para outros Estados do país. Ações que terão profunda importância à chamada cadeia produtiva da cultura no Brasil.

Gilberto Gil⁶ (janeiro de 2003-julho de 2008) em sua gestão ressignifica o Ministério da Cultura. Juca Ferreira⁷ (agosto de 2008-dezembro de 2010; janeiro de 2015), secretário executivo do ministério na gestão de Gil, iria dar sequência ao modelo adotado pelo ex-ministro:

Os anos de 2003 a 2010 constituem um período de grande agitação na cultura brasileira, quando políticas públicas para o setor passaram por transformações radicais, tanto no plano conceitual quanto na forma de interação do governo com a sociedade civil. [...] Em linhas gerais, elas apontavam para uma nova compreensão do papel do Estado brasileiro, sobretudo como articulador da cultura em três dimensões: a simbólica, responsável pela elaboração do modo de ver e recriar o mundo; a cidadã, como fator de integração social; e a econômica, pela sua alta capacidade de produzir riquezas (ALMEIDA, ALBERNAZ e SIQUEIRA, 2013, p. 5).

Essa tríade do **simbólico-cidadão-econômico** permanece com frequência nas ações desse ministério. *Grosso modo* podemos afirmar que o *simbólico* é a reivindicação da cultura produzida pelos setores populares (culinária, música etc.), conforme atesta Gil ao comentar que ocorre uma “incapacidade das instituições de reconhecer e dar poder às populações detentoras de um saber real, desprovidas do saber universitário e bacharelesco” (idem apud Gil, p. 25). Para o ex-ministro há a reivindicação dos setores que constroem a cultura popular, portanto ocorre a necessidade da diversidade cultural e seu desembocamento na formação do cidadão consciente, com amplo acesso a bens culturais (teatro, cinema, centros culturais, bibliotecas, museus etc.) aspecto importante para a inseri-lo na chamada economia da cultura, o que pode-se interpretar como mercantilizar a cultura, isto é, subordiná-la à lei do valor (idem).

Brasileiro (PMDB) em Salvador no período de 1989-1993. Em 1990 ele já se transfere para o Partido Verde (PV), onde assume uma postura de preocupação com o meio-ambiente.

⁷ Juca Ferreira é formado em sociologia pela Universidade Paris 1 – Sorbonne, na França. Foi líder estudantil secundarista no final da década de 60, onde chegou a ser eleito presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Nos anos 80 se engaja nos movimentos ambientalistas culminando na filiação ao Partido Verde (PV), onde seria vereador nos anos de (1993-1996) e (2000-2003). No ano de 2003 é convidado por Gil a assumir o cargo de Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, iniciando uma metodologia de compreensão do ministério que iria levar na sua gestão ao assumir a pasta.

Gil-Juca introduzem um debate mais sofisticado quanto a relação cultura-mercado.

Segue abaixo uma importante fala de Gil⁸ sobre a Economia da Cultura:

Um bem simbólico é um produto cultural, político e econômico – simultaneamente. Como envolve custos de criação, planejamento e produção é, obviamente, uma fonte geradora de empregos e renda. Uma fonte de lucro para empresas e de captação de divisas para países exportadores de bens e serviços culturais.

Ou seja: além de dar emprego em casa, a produção cultural pode trazer dinheiro de fora. Hoje, o mercado internacional de bens e serviços e culturais é extremamente dinâmico, envolvendo bilhões e bilhões de dólares. [...] O comércio internacional de serviço move, anualmente, cerca de 2 trilhões de dólares (idem, p. 242).

Juca Ferreira, que assumiu a pasta da Cultura em 2008 e deu prosseguimento ao trabalho de Gil, é mais enfático em sua abordagem da economia da cultura quando diz ⁹ que deseja a “economia cultura no mesmo patamar do agronegócio, da indústria e dos serviços tradicionais” (idem, p.207). Ao pontuar a necessidade de ampliar o negócio cultural, o então ministro afirma:

[...] Isso só se amplia incorporando pessoas. *Não é Marx, como eles estão pensando que é, é Adam Smith, o teórico do capitalismo* [grifo meu]. Para se realizar plenamente, a mercadoria tem de chegar a um número maior de pessoas, cada vez mais. Estas pessoas se acostumaram a uma economia para poucos. [...] É preciso fortalecer o capitalismo cultural no Brasil, mas não baseado na muleta do Estado (idem, p.208).

Juca Ferreira reafirma que “trata-se de uma lógica capitalista que precisa ser incorporada” (idem, p. 215). Ou seja, ampliar o consumo de bens culturais. Para isso, o ministro traz a tona o balanço do governo Lula compreendendo-o como o responsável por “milhões [...] saindo da miséria, da pobreza, migrando para a classe média” (idem).

Os ministros buscaram alicerçar essa relação amistosa da cultura com o mercado pautados no debate sobre desenvolvimentismo. Inclusive recorrem a Celso Furtado, ministro da Cultura em 1986-1988. Ferreira alerta para essa relação:

É de Celso Furtado uma reflexão, digna de nota, que antecede em alguns anos sua ida para o Ministério da Cultura, do qual foi titular entre 1986 e 1988. Num livro de 1984: *Cultura e desenvolvimento em época de crise*, Furtado escrevia: “O problema institucional maior que se coloca à sociedade brasileira, no momento presente, é exatamente esse de abrir

⁸ Abertura do Seminário Cultura XXI – Fortaleza, 19 de março de 2003.

⁹ Entrevista para a revista ISTOÉ DINHEIRO, 30 de agosto de 2010.

espaço para a emergência e vitalização das forças que se alimentam a capacidade criativa da sociedade em todos os planos” (1984, p. 51). E Furtado acrescentava, então: “A política de desenvolvimento deve ser posta a serviço do processo de enriquecimento cultural” (1984, p. 32). A percepção que a mola propulsora do desenvolvimento é a cultura – entendida aí como conjunto de atitudes e de mentalidades – é uma percepção que vem se cristalizando lentamente entre nós. Essa percepção precisa ser ainda mais alastrada e consolidada. (idem, p.79)

Juca Ferreira considera que é papel do Estado “promover e estimular o desenvolvimento cultural da sociedade” (ibidem, p. 49). Ele alerta que “criar condições de produção, difusão, preservação e livre circulação, regular as economias da cultura, democratizar o acesso aos bens e serviços culturais, isso é papel do Estado” (idem). Gil¹⁰ o reitera quando diz:

O Ministério da Cultura tem trabalhado exaustivamente a relação entre cultura e desenvolvimento.

Estamos reunindo forças, agregando parceiros e juntando recursos para viabilizar um amplo programa visando ao fortalecimento das atividades econômicas de produção e difusão de bens e serviços culturais no Brasil, capaz de contribuir para que o setor cultural realize seu potencial de estímulo à qualificação do capital humano do país e à geração de emprego, renda, inclusão social e diversidade. [...]

Como Enrique Iglesias, presidente do BID, assinalou em Capital Social e Cultura – Chaves Estratégicas para o Desenvolvimento (2000), trata-se de reconhecer a cultura como um fator central para o desenvolvimento dos países e a integração econômica regional da América Latina, criando as condições necessárias à incorporação do fomento das atividades econômicas da cultura ao rol das políticas governamentais estratégicas. Entre as políticas de Estado, portanto (idem, p.339).

Nesse sentido, trazemos as parcerias tão citadas pelos ministros e resgatamos o debate anterior do terceiro setor. Ao compreendermos o governo Lula como social-liberal e, portanto, tendo uma das características a parceria público-privada, salientamos o papel fundamental do terceiro setor nessas relações. A ideologia também é reinvidicada constantemente pelos ministros. Em continuidade a fala anterior, Gil é claro quanto a essa relação:

[...] supõe-se que a realização do potencial existente demanda uma parceria efetiva entre o Estado, a iniciativa privada e as organizações da sociedade civil, para que os entraves apontados acima sejam superados.

¹⁰ Palestra no Instituto Rio Branco, em 30 de março de 2005.

Está claro que o mercado, per si, ao menos no estágio atual do desenvolvimento das forças produtivas do setor, não dá conta, isoladamente, dos desafios existentes (idem, ibidem).

A consagração dessa relação se dá com o *Plano Nacional de Cultura* e o *Sistema Nacional de Cultura*. O primeiro já vinha sendo debatido na câmara dos deputados desde novembro do ano 2000 através do parlamentar federal Gilmar Machado (PT). Porém, não se conseguiu avançar no debate do projeto, principalmente pelo pouco empenho do MinC naquele momento, sob a gestão de Welfort no governo FHC, oposição ao PT. Sua aprovação só se dá no ano de 2010 através da Lei no 12.343, onde o PT era “situação” no executivo, o MinC estava fortalecido e havia maioria “petista” no Congresso. Antes de avançarmos no destrinchamento do PNC é importante diferenciá-lo do Sistema Nacional de Cultura (SNC). O primeiro tem uma estrutura mais ampla e carrega consigo a tarefa de delimitar princípios, objetivos, diretrizes, estratégias e metas que orientariam o poder público da área até 2020. O MinC é o responsável por efetivar tais condições. Porém, quando pautamos a forma prática que se dará tais condições, é aí que entra o Sistema Nacional de Cultura. O SNC será o elo que fomentará as 53 metas abordadas pelo PNC junto aos municípios, estados e governo federal para ampliar as políticas públicas para o setor. Como principais questões estão o controle do repasse de recursos e a avaliação das ações realizadas com esse repasse. Até fevereiro de 2015, 100% dos estados aderiu ao SNC e 34,5% dos municípios¹¹, o objetivo, segundo as metas do PNC, é atender 60% dos municípios e 100% dos estados¹² até 2020.

O PNC, em convergência com as propostas de Gil-Juca, reitera “uma perspectiva ampliada da cultura, na qual se articulam três dimensões: a simbólica, a cidadã e a econômica” (BRASIL, 2013, p. 17). O documento é claro quanto diagnostica que a valorização da cultura deve vir acompanhada da injeção de espaços que a reproduzam e ampliem (teatros, museus, centros culturais etc.), portanto, estimule a cultura enquanto

¹¹ “Quantitativo de Estados e Municípios de Acordo com o 28.1”: <http://www.cultura.gov.br/documents/10907/1228541/3.+Quantitativo+de+Munic%C3%ADprios+e+Estados+com+Acordo+28.1.pdf/61a9be75-969b-45b0-9c22-74972c002ae6> Acessado em 27/01/2015.

¹² Já cumprido.

mercadoria. Para contribuir com essa questão, tem-se como principal objetivo o aumento do orçamento da cultura para 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro até 2020¹³.

Antes de avançarmos nas principais metas que dialogam com este trabalho, é importante resgatar o debate acima quando se trata do modelo de aplicação delas. Lembremos que o MinC segue a cartilha social-liberal do governo PT, portanto se insere na lógica de parcerias público-privadas, conforme pondera Gil¹⁴ ao apresentar sua concepção de cultura e desenvolvimento:

[...] supõe-se que a realização do potencial existente demanda uma parceria efetiva entre Estado, a iniciativa privada e as organizações da sociedade civil, para que os entraves apontados acima sejam superados. Está claro que o mercado, per si, ao menos no estágio atual do desenvolvimento das forças produtivas do setor, não dá conta, isoladamente, dos desafios existentes (p. 339, *ibidem*).

Nesse sentido, o SNC tem um papel determinante no diálogo com o denominado terceiro setor segundo Gil:

Priorizamos também a conceituação do Sistema Nacional de Cultura, de modo a articular o poder público em suas três esferas, a iniciativa privada e o terceiro setor; a articulação internacional, participando de todas as instâncias de decisão com o objetivo de celebrar o princípio da diversidade cultural e promover uma integração de fato com a América do Sul e a África; a articulação com a sociedade e o poder público (prefeituras, governos estaduais, Congresso, outros ministérios) para repactuar as relações do setor e elaborar novas regras e políticas; a realização de projetos de inclusão e descentralização, e a intervenção na economia da cultura, buscando compreendê-la em sua complexidade (p. 283, *idem*).

Essa concepção de gestão está presente de forma explícita na redação do PNC (Lei n^o 12.343 de 2 de dezembro de 2010), quando nos atentamos para o Capítulo II que trata “Das atribuições do poder público”. A começar pelo Inciso XII:

Art. 3^o Compete ao poder público, nos termos desta Lei:

XII – incentivar a adesão de organizações e instituições do setor privado e entidades da sociedade civil às diretrizes e metas do Plano Nacional de Cultura por meio de ações próprias, parcerias, participação em programas

¹³ Segundo os gráficos da “Auditoria Cidadã da dívida” o orçamento para a cultura em 2014 estava em 0,13%.

Para mais informações: <http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/> Acessado em 10/12/2014.

¹⁴ Palestra realizada no Instituto Rio Branco.

e integração ao Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC. § 1º O Sistema Nacional de Cultura – SNC, criado por lei específica, será o principal articulador federativo do PNC, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada entre os entes federados e a sociedade civil [...].

§5º Poderão colaborar com o Plano Nacional de Cultura, em caráter voluntário, outros entes, públicos e privados, tais como empresas, organizações corporativas e sindicais, organizações da sociedade civil, fundações, pessoas físicas e jurídicas que se mobilizem para a garantia dos princípios, objetivos, diretrizes e metas do PNC, estabelecendo termos de adesão específicos (BRASIL, 2010).

Tal inciso é fundamental para reconhecermos o papel desempenhado pelo SNC na promoção das parcerias público-privadas estabelecidas pelo PNC. Quando tratamos em “entidades da sociedade civil” reconhecemos o papel protagonizado pelo terceiro setor na condução dessa relação. O SNC contribui ao efetivar na prática a articulação entre o público (ente federado) e privado (sociedade civil). Característica que visa fundamentalmente irromper a centralidade do poder público na direção dessas políticas e deslocá-la para a gestão do setor privado, onde as parcerias escamoteiam a reflexão do que é o público.

Gilberto Gil e Juca Ferreira externaram em suas gestões o inconformismo com a concentração de recursos culturais para o Sudeste e sempre para os mesmos produtores e artistas. A famosa expressão criada por Gil denominada “do-in antropológico” representava isso para Juca Ferreira¹⁵:

Aquela [expressão] deixava evidente que não poderíamos administrar o Ministério da Cultura sem democratizar, sem federalizar e sem interiorizar as suas ações. Precisávamos desconcentrar a nossa política cultural, trazer para o seu raio de ação as expressões culturais até então sem acesso do apoio ao Estado (ALMEIDA, ALBERNAZ e SIQUEIRA, 2013, p. 76).

A *democratização* e a *interiorização* se deu, *a priori*, com a conjugação das parcerias públicas-privadas e a valorização da cultura popular. Nesse âmbito, podemos

¹⁵ Artigo “A centralidade da cultura no desenvolvimento” In: BARROSO, Aloísio Sérgio, RENILDO (Orgs.) Desenvolvimento: ideias para um projeto nacional. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2010. p.265-278.

reconhecer os *Pontos de Cultura* como um programa que introduziu essa perspectiva no campo das políticas culturais dessa gestão. Gil¹⁶ disserta quanto a este programa:

Os Pontos de Cultura são intervenções agudas nas profundezas do Brasil, para despertar, estimular e projetar o que há de singular e mais positivo nas comunidades, nas periferias, nos quilombos, nas aldeias: a cultura local. [...] Cada Ponto de Cultura é um amplificador das expressões culturais da sua comunidade. [...] As comunidades e seus criadores poderão escolher as atividades, os equipamentos, os treinamentos. Serão usuários e gestores ao mesmo tempo, através de conselhos, com a ajuda dos parceiros que podem ser ONGs ou o poder público local (idem, p.329).

Os Pontos de Cultura integram o denominado “Programa Cultura Viva”¹⁷ do MinC. Podemos definir o “Ponto de Cultura” como iniciativas culturais escolhidas num processo seletivo, feita por um edital específico, através de parcerias com entidades governamentais ou não governamentais. Feita a parceria com o MinC, a entidade beneficiada recebe uma quantia para o desenvolvimento do projeto¹⁸. Pode-se concluir que a ambição dos ministros em elevar uma pasta malograda a uma relação submissa ao grande empresariado via Lei Rouanet dos centros locais de Rio de Janeiro e de São Paulo transita positivamente para a desconcentração de recursos, seja no âmbito regional e do reconhecimento da cultura em sua forma ampla, atravessando as expressões populares, principalmente, no fazer, na prática da produção cultural. Por outro lado, há a resignação da cultura como elemento fundamentado na lógica do mercado, ou seja, sua compreensão demarcada no processo da circulação de mercadorias, portanto, compreendida como somente dinamizada nessa lógica. Reflexões interrompidas nos governos vindouros, a partir de Dilma (2011-2016).

¹⁶ Palestra sobre Políticas Culturais no Brasil na Universidade de Columbia. Nova York, 21 de fevereiro de 2005.

¹⁷ O Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva foi criado e regulamentado por meio das portarias nº 156, de 06 de julho de 2004 e nº 82, de 18 de maio de 2005 do Ministério da Cultura. Surgiu para estimular e fortalecer no país rede de criação e gestão cultural, tendo como base os Pontos de Cultura. Fonte: <http://www.cultura.gov.br/cultura-viva1> Acessado em 23/01/2015.

¹⁸ Podem participar dos editais de seleção pública pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que sejam de natureza cultural como associações, sindicatos, cooperativas, fundações privadas, escolas caracterizadas como comunitárias e suas associações de pais e mestres, ou organizações tituladas como organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) e Organizações Sociais (OS), sediadas e com atuação comprovada na área cultural de, no mínimo, três anos em seu respectivo estado e/ou município. Os projetos a serem selecionados deverão partir de iniciativas culturais e funcionar como instrumento de pulsão e articulação de ações já existentes nas comunidades, contribuindo para a inclusão social e a construção da cidadania, seja por meio da geração de emprego e renda ou do fortalecimento das identidades culturais. Em geral os Pontos de Cultura selecionados recebem o valor de R\$ 180 mil, distribuídos em três anos consecutivos. Fonte: <http://www.cultura.gov.br/pontos-de-cultura1> Acessado em 12/01/2015.

O MinC no governo Dilma: turbulências e poucas ações

Ao assumir o governo em 2011, Dilma Rouseff (PT) opta por uma gestão da pasta ora sob um viés mais tecnicista, ora sob uma inserção política, de acordos. Adicional a isso, é evidente a marginalização que o Ministério toma quando é alvo de corte de orçamentos, principalmente, a partir de 2012 quando a presidente toma como modelo de governo o projeto de austeridade fiscal na condução de seu governo.

Só no primeiro mandato de Dilma (2011-2014), o Ministério é ocupado por três ministras: Ana de Hollanda¹⁹ (janeiro de 2011 a setembro de 2012), Marta Suplicy²⁰ (setembro de 2012 a novembro de 2014) e pela interina Ana Cristina Wanzeler²¹ (novembro a dezembro de 2014). Tal condição tem reflexo direto da instabilidade da pasta destituída de recursos, conforme relata a carta da então ministra Ana de Hollanda para a ministra do Planejamento, Mirian Belchior, no dia 15 de agosto de 2012 reproduzida na mídia burguesa²². Anna relata uma notável evasão de servidores e um corte de quase 15% para o ministério, cerca de R\$ 130 milhões²³.

Tal carta conclui num profundo mal-estar no Ministério que culmina na ocupação da pasta por Marta Suplicy. Reconhecidamente como uma hábil figura política, a gestão de Marta é demarcada pelo afastamento das polêmicas pertinentes aos cortes de orçamentos e reivindicações ser servidores da área. A petista opta por reproduzir um discurso crítico a Lei Rouanet e a busca fracassada da aplicação do programa Vale-Cultura²⁴. Sua saída no final do primeiro mandato de Dilma é apresentada numa carta de demissão cortês que conduziu a interina Ana Cristina Wanzeler para os quarenta cinco dias restantes de governo.

¹⁹ Cantora e compositora, assumiu cargos burocráticos no Museu da Imagem e do Som (MIS) e na Fundação Nacional de Artes (FUNARTE).

²⁰ Exerceu o mandato de prefeita de São Paulo (2001-2005) e deputada federal (1995-1999) pelo Partido dos Trabalhadores (PT), além de Ministra do Turismo no governo Lula (2007-2008). Atualmente (2011-) é senadora pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Também é conhecida por seus trabalhos como psicanalista e sexóloga

²¹ Servidora oriunda da Caixa Econômica Federal, era secretária-executiva de Marta Suplicy na pasta.

²² <https://oglobo.globo.com/cultura/ministra-ana-de-hollanda-critica-estado-da-pasta-de-cultura-5902724> Acessado em 24/11/2017.

²³ <https://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-repercussao-da-carta-de-ana-de-hollanda> Acessado em 24/11/2017.

²⁴ Lançado em 2013, trata-se de benefício dado pelas empresas no valor de cinquenta reais para o acesso a bens e serviços culturais destinado aos trabalhadores que recebem até cinco salários mínimos. No ano de 2015 apenas 89.492 trabalhadores foram atendidos num total de 365 empresas.

No período eleitoral de 2014, diante de uma polarização com o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Aécio Neves, Dilma assume uma retórica progressista crítica às privatizações²⁵ e resgata sua juventude na luta armada com o lema “Coração Valente”. Com a promessa de resgatar o que foi o MinC no governo Lula, Dilma se aproxima de artistas e produtores culturais das periferias²⁶, assim como diversos intelectuais²⁷. Ao se reeleger, Dilma reconduz Juca Ferreira ao Ministério da Cultura cedendo apelo dos diversos artistas e produtores culturais²⁸.

O MinC e medo da democracia

Os limitados progressos obtidos pelo MinC no governo Lula e paralisados no governo Dilma são literalmente dizimados após o golpe de 2016 (DEMIER, 2017, p. 95) e a emergência de Michel Temer (PMDB) à presidência. Uma das primeiras ações de Temer é a extinção do MinC e sua incorporação ao Ministério da Educação²⁹. A resposta dos artistas e produtores culturais é imediata com diversas ocupações e notas.

No dia posterior a extinção³⁰ do Ministério, um conjunto de artistas lança uma carta³¹ aberta condenando a ação. Condições que iriam se aprofundar nos próximos meses quando diversos produtores culturais e artistas passaram a ocupar prédios públicos ligados ao Ministério da Cultura. A ocupação da Funarte em São Paulo³², em Belo Horizonte³³, em Porto Alegre³⁴ e Curitiba³⁵ ocupam as sedes do Instituto do

²⁵ <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-questiona-aecio-neves-sobre-privatizacoes,1569960> Acessado em 25/11/2017.

²⁶ <http://www.redebrasilatual.com.br/eleicoes-2014/icones-do-rap-nacional-gog-e-emicida-contam-sobre-apoio-a-dilma-8922.html> Acessado em 24/11/2017.

²⁷ <http://www.jb.com.br/eleicoes-2014/noticias/2014/09/15/artistas-e-intelectuais-fazem-ato-em-apoio-a-reeleicao-de-dilma-rousseff/> Acessado em 24/11/2017.

²⁸ <http://www.bemparana.com.br/noticia/347600/em-evento-com-dilma-no-rio-artistas-pedem-continuidade> Acessado em 25/11/2017.

²⁹ Que seria nomeado Ministério da Educação e Cultura.

³⁰ O Ministério é extinto em 12/06/2017.

³¹ <https://oglobo.globo.com/cultura/em-carta-aberta-ao-presidente-michel-temer-artistas-pedem-volta-do-ministerio-da-cultura-19297597> Acessado em 25/11/2017.

³² <http://gente.ig.com.br/cultura/2016-05-18/contra-o-fim-do-ministerio-da-cultura-artistas-ocupam-funarte-em-sao-paulo.html> Acessado em 25/11/2017.

³³ <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-05/contra-michel-temer-artistas-ocupam-sede-da-funarte-em-bh> Acessado em 25/11/2017.

³⁴ <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/05/grupo-ocupa-sede-do-iphhan-em-porto-alegre-em-ato-por-fim-de-ministerio.html> Acessado em 25/11/2017.

³⁵ <https://www.brasil247.com/pt/247/parana247/232091/Em-Curitiba-artistas-ocupam-pr> Acessado em 25/11/2017.

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), além de diversas outras capitais³⁶. Porém, a ocupação de maior expressão foi na própria sede do MinC, junto ao Palácio Gustavo Capanema no Rio de Janeiro. Um conjunto de artistas e coletivo culturais³⁷ protagonizou uma ocupação de setenta dias permeada de atividades culturais de artistas já consagrados na indústria cultural como Caetano Veloso, Arnaldo Antunes, Erasmo Carlos, Otto e outros.

Tal movimentação, além da exigência da não extinção do Ministério, trazia consigo uma resposta que se capilarizava junto à sociedade civil³⁸, reproduzida pela nova direita (HOEVELER, 2016, p. 89), da visão do artista como “um vagabundo”³⁹. Devemos compreender que tais ocupações foram motivadas pela compreensão do MinC como importante Ministério na condução de políticas públicas para a área da cultura, sinteticamente, é possível perceber pela variada quantidade de coletivos artísticos e ocupações em diversas capitais pelo Brasil são o reflexo do legado provocado nas mudanças da pasta, desenvolvedora de repasses além da restrição sulista (RJ e SP) e da

³⁶ <https://jornalgggn.com.br/noticia/contra-extincao-do-minc-artistas-ocupam-predios-em-14-capitais> Acessado em 25/11/2017.

³⁷ Teatro pela Democracia, Ocupa Lapa, Bloco Nada Deve Parecer Impossível de Mudar, Audiovisual pela Democracia, Circo pela Democracia, Anti Cia de Teatro, Reage Artista, Midia NINJA, Fora do Eixo, Vila do Teatro Santos SP, Frente Brasil Popular Zona Sul, Coletivo Alma Não Tem Cor, Fodidos Privilegiados, Jongo da Serrinha, Os Dezequilibrados, Lingua de Trapo / Ponto de Cultura, Cia Enviezada, Rio Mais Cinema Menos Cenário, Grupo de Risco, Diálogos em Circo, Sopro do Ator Dois, 2 V, Orquestra Voadora, ETC rio, Teatro de Anônimo, Bloco pi, Assembléia dos Amigos, Banda Hetera, UNE, Cuca da UNE, Cia Ensaio Aberto, Armazém da Utopia, Advogados pela Legalidade Democrática, CUT, Mulheres pela Democracia, Dança pela Democracia, Cia de Dança Esther Weissman, Teatro de Rodas, Coletivo Vento Sutil, Fabuloso Quintal de Histórias, Frente Permanente da Dança, Forum Permanente de Dança, Coletivo Alfinete Amarelo, Coletivo em Silêncio, Teatro Independente, Mulheres contra Cunha e contra Temer, Coletivo SerHurbano, Ocupação Passeio Público, Cineclube Mate com Angu, Coletivo És uma maluca, Servidores da Funarte, Cia Teatral Milongas, Coletivo Anti Cinema, Coletivo Boldo, Ocupa Carnaval, Cia Monte de Gente, Frente Brasil Popular Zona Norte, Diretório Acadêmico do Curso de Produção Cultural da UFF, Cordão do Boitotá, Cia Dois Banquinhos, Cia de Arte Cadê, Pólo de Economia Criativa da Zona Oeste / RJ, Lumiar Filmes, Coletivo Pitoresco, Diretório Central dos Estudantes da UERJ, Juventude do PT RJ, Coletivo Bonobando, Coletivo Instantâneo, Aquela Cia. de Teatro, Programa de Pós-graduação artes da cena da ECO/ UFRJ, Secretaria Estadual de Cultura do PCdoB, Coletivo CultMidia RJ, Coletivo Muanes Dança Teatro, FETAERJ - Federação de Teatro Associativo do estado do Rio de Janeiro, Contra Bando 30 de Teatro, União da Juventude Socialista, Cia. do Solo, Cabaré Andante, Hei Ho Brass Band, Comitê UniRio Contra o Golpe, Jardins Portáteis, Coletivo Non Passaran, Marcha Mundial de Mulheres, Kizomba, Mostra de Cenas Autorais e Independentes, Comitê dos Alunos de Teatro Unirio Contra o Golpe, ONG ECOA, UFF Discentes da Pós-Graduação de Estudos Contemporâneos da Arte, Coletivo de Artes Visuais Vô Pixa Pelada, Crises Produtivas Cinema, Los Fumedos Del Porro, Teatro Inominável, Circo no Ato, Miúda Núcleo de Pesquisa em Artes, Questão de Crítica, Complexo Duplo e Os Biquínis de Ogodô Convidam as Sungas de Odara.

³⁸ Entendida no sentido Gramsciano, ou seja, propulsora de consenso.

³⁹ <https://extra.globo.com/noticias/brasil/em-video-feliciano-provoca-artistas-criticos-ao-fim-do-ministerio-da-cultura-vaio-arrumar-que-fazer-19329220.html> Acessado em 25/11/2017.

cultura para a classe média, adicionada do mero “bater cartão” dos empresários ansiosos por isenções fiscais via Lei Rouanet.

Os desdobramentos das ocupações foi o recuo de Temer em relação à extinção do Ministério. Sua relação com o mesmo, porém, vai se configurar como hesitante, onde quatro ministros assumem em um pouco mais de um ano de governo. O primeiro deles é Marcelo Calero, ex-secretário de Cultura do prefeito do Rio de Janeiro (2015-2016), Eduardo Paes. Calero fica apenas seis meses no cargo e pede demissão. O motivo expõe meses depois, quando afirma que o então ministro-chefe da Secretaria de Governo, Geddel Vieira (PMDB), o procurou e pressionou várias vezes para que aprovasse um projeto imobiliário numa área tombada pelo IPHAN em Salvador⁴⁰.

Em seguida, assume Roberto Freire (PPS) que se desliga sete meses depois⁴¹ pontuando em sua saída a “instabilidade política” do governo Temer⁴². O episódio mais emblemático de Freire foi a entrega do prêmio literário Camões para o escritor Raduan Nassar, onde o então ministro foi unanimemente vaiado e atacado com rótulo de “golpista” pela plateia por seu alinhamento com o governo Temer⁴³. Após a saída de Roberto Freire, assume interinamente por um mês, João Batista de Andrade, para, em seguida, a ocupação da pasta pelo jornalista Sérgio Sá Leitão, o atual até o fechamento deste artigo.

Reflexos da democracia no MinC

Conforme observamos, a cultura, também em seu aspecto institucional, tem profunda relevância na dinâmica da luta de classes. Políticas públicas acertadas, mesmo que tragam contradições, são fundamentais para permitir o experimento da participação coletiva, ou seja, o exercício da democracia através da demanda de uma categoria ou setor específico da sociedade, no caso, artistas e produtores culturais.

⁴⁰ <https://oglobo.globo.com/brasil/ex-ministro-da-cultura-calero-acusa-geddel-de-pressiona-lo-para-liberar-obra-que-ele-nega-20500093> Acessado em 25/11/2017.

⁴¹ Junto com toda a bancada do Partido Popular Socialista.

⁴² <https://oglobo.globo.com/brasil/ministro-da-cultura-pede-demissao-do-cargo-21359538> Acessado em 25/11/2017.

⁴³ <https://www.revistaforum.com.br/2017/02/18/video-roberto-freire-e-vaiado-no-premio-camoes-concedido-a-raduan-nassar/> Acessado em 25/11/2017.

Gil-Juca transformaram um Ministério mediocrizado por políticas exploradas por grandes empresários comprometidos com seus lucros e com a produção cultural restrita a uma dada elite regional do país. Os ministros avançaram num ambicioso projeto de descentralização de recursos e valorização de artistas e produtores culturais regionais concluindo numa autonomização desses setores evidenciadas numa capacidade de mobilização e reflexos reais, inclusive, na grande mídia burguesa.

Condições essas que ainda persistem na queda de dois ministros da pasta de Temer, o que demonstra que a cultura, conhecida como o “patinho feio” pela esquerda é um importante setor de mobilização e reconhecidamente protagonista na busca de democratização ao acesso aos bens da área, principalmente no que tange às demandas por políticas públicas junto ao seu nicho.

Referências

ALMEIDA, A.; ALBERNAZ, M. B.; SIQUEIRA, M. **Cultura pela palavra**: coletânea de artigos, discursos e entrevistas dos ministros da cultura 2003-2010/Gilberto Gil & Juca Ferreira. Rio de Janeiro: Versal, 2013.

BRASIL. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. Brasília: [s.n.]. 2013. p. 1-113.

CALABRE, L. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, Salvador-BA, Maio 2007. 1-18.

DEMIER, Felipe. Depois do golpe: a dialética da democracia blinda no Brasil, Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

HOEVELER, R. **A direita transnacional em perspectiva histórica: o sentido da “nova direita” brasileira**. In: HOEVELER, R.; DEMIER, F. A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.